



## ACTA

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

### ----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Técnico Superior Arquitecto Ricardo Rodrigues fez a apresentação da proposta do projecto Mapa 2012 que elenca as iniciativas a levar a cabo nas diversas freguesias do concelho no âmbito do programa da Capital Europeia da Cultura. -----

### ----- INTERVENÇÕES -----

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O encerramento da estação de Guimarães dos CTT ao sábado de manhã é motivo de grande preocupação, e como tal, merece o nosso mais vivo protesto. Esta redução de horário, justificada pela pouca frequência registada, tem a ver, única e simplesmente com uma política que assenta exclusivamente na maximização dos lucros, ignorando e desvalorizando o papel social que este serviço presta

à população. Esta atitude da administração da empresa visa criar condições mais favoráveis para os grupos económicos interessados na sua privatização, independentemente da qualidade ou não do serviço prestado. Refira-se a este propósito que o funcionamento dos CTT ao sábado de manhã era a única ocasião em que muitos vimaranenses tinham disponibilidade para aceder aos seus serviços, nomeadamente o simples envio de correspondência, a recepção de encomendas e o levantamento das pensões de reforma. Os CTT são uma das mais importantes empresas públicas do país, tem resultados financeiros positivos e a sua privatização implicará o abandono da filosofia de prestação de serviço público e universal com preocupações de carácter social e apostará unicamente na obtenção do lucro imediato, implicando uma degradação do serviço postal, encerramento de estações, aumento das tarifas e destruição de postos de trabalho. Com esta decisão os vimaranenses perdem mais um serviço que lhes era até agora garantido. Perante isto gostaríamos de saber qual é a posição da Câmara e quais as diligências que tomou, se é que tomou, para evitar o encerramento deste serviço".

**2 – Vereador André Coelho Lima** – Alertou para a deficiente condição da Rua D. Domingos da Silva Gonçalves, atendendo a que, em cerca de 70% da sua extensão, não permite o cruzamento de dois automóveis. Considerou inadmissível que numa via que dista cerca de 50 m de uma zona que será requalificada no âmbito das intervenções da CEC/2012 (Largo da República do Brasil ou Campo da Feira), não seja permitido o cruzamento de automóveis, na medida em que a sua largura apenas permite a passagem de um automóvel de cada vez. Mais referiu que esta situação é ainda mais incompreensível quando ainda muito recentemente foi construído um edifício de habitação novo (edifício Portas do Condado), que é servido



essencialmente por esta via, que apresenta uma configuração própria de aldeias ou de cidades do século XIX, e não já do século XXI. Acrescentou que o edifício Portas do Condado é servido por uma nova via, a Rua Bernardino Jordão, sendo que o cruzamento desta rua com a Rua D. Domingos da Silva Gonçalves está mal projectado pois a Rua Bernardino Jordão situa-se numa cota bastante superior, cerca de 3 metros, o que dificulta de sobremaneira o cruzamento entre as duas vias, que são vias de configuração citadina. **3 – Vereador José Augusto Araújo** – Leu, em voz alta, um documento, que a seguir se transcreve: “A lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), impõe, no seu artigo 19.º, n.º 2, que para efeito de apuramento da taxa de redução das remunerações, têm de ser agregadas à remuneração auferida as diversas remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias dos trabalhadores que exercem funções em mais de uma das entidades referidas no n.º 9 desse mesmo artigo 19.º. E o n.º 3 daquele artigo 19.º determina a obrigatoriedade de estes trabalhadores prestarem, em cada mês, e relativamente ao mês anterior, as informações necessárias para que os serviços processadores possam apurar essa taxa. Nestes termos, propõe-se que, à semelhança do procedimento já adoptado relativamente aos trabalhadores do Município, sejam os Vereadores informados de que, caso auferirem também rendimentos por funções prestadas nalguma das entidades ali referidas, devem apresentar mensalmente nesta Câmara Municipal as informações necessárias, relativas ao mês anterior, para o apuramento da taxa de redução aplicável”. **4 – Vereador César Machado – a)** – Deu conhecimento de um Protocolo a celebrar entre o Rotary Clube de Guimarães e algumas escolas do concelho para a entrega de desfibriladores através do

qual, no próximo dia 17 de Fevereiro, a Escola Secundária Santos Simões receberá dois disfibrilhadores, passando a ser a segunda escola, a nível nacional, a dispor deste tipo de equipamento; **b)** – Deu conhecimento da realização, no passado dia 31 de Janeiro, de uma reunião do Conselho Municipal de Segurança. **5 – Vereadora Francisca Abreu** – Deu conhecimento dos seguintes dados estatísticos relativos à Biblioteca Municipal Raul Brandão (sede), bem como aos Pólos de Pevidém, Taipas, Lordelo e Ronfe: **Biblioteca Municipal Raul Brandão (sede): Novas inscrições:** 1211; **Empréstimo domiciliário:** 39 121 documentos; **Leitores atendidos/leitura presencial:** ± 52 740 leitores; **Actividades de animação:** Hora do conto, visitas guiadas, teatro fantoches, ateliês, oficinas, encontros com escritores, palestras: ± 5.900 (crianças e adultos). **Pólo de Pevidém: Novas inscrições:** 102; **Empréstimo domiciliário:** 7083 documentos; **Leitores atendidos/leitura presencial:** 10 067 leitores; **Actividades de animação:** Hora do conto, visitas guiadas, teatro fantoches, ateliês, oficinas: 987 (crianças e adultos). **Pólo das Taipas: Novas inscrições:** 69; **Empréstimo domiciliário:** 3.468 documentos; **Leitores atendidos/leitura presencial:** 15.346; **Actividades de animação:** Hora do conto, visitas guiadas, teatro fantoches, ateliês, oficinas: 842 (crianças e adultos). **Pólo de Lordelo – Inscrições:** 133; **Empréstimo Domiciliário:** 300 documentos; **Leitores atendidos/ Leitura presencial:** 1200; **Actividades de animação:** Hora do Conto (36 crianças); Teatro de Fantoches (34 crianças); Projecto “Contapetes” da Trimagisto (22 crianças); Nota: Os dados relativos ao Pólo de Lordelo referem-se ao período entre 15 de Outubro de 2010, data de abertura do Pólo, a 15 de Janeiro de 2011. **PAL de Ronfe: Novas inscrições:** 6; **Empréstimo domiciliário:** 757 documentos;



**Leitores atendidos/leitura presencial:** 1699; **Actividades de animação:** Hora do conto, visitas guiadas, teatro fantoches, ateliês, oficinas: 17(crianças)". **6 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções apresentadas, esclareceu: **a)** – Quanto ao novo horário dos CTT, disse que não tinha qualquer queixa sobre o assunto, acrescentando que tinha conhecimento que o período que agora encerra tinha muito pouca procura. **b)** – Sobre a Rua D. Domingos da Silva Gonçalves, explicou as dificuldades da intervenção, designadamente o seu alargamento, visto que os muros ali existentes são privados, não tendo os proprietários, até à data, demonstrado abertura para negociar. -----

----- **INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL** -----

**1** – Deu conhecimento que o Centro de Emprego de Guimarães e o Centro de Formação Profissional de Braga, em colaboração com o Município de Guimarães, A Oficina e a Adere Minho, pretende com a convocatória de cerca de 200 desempregados provenientes do sector têxtil, mobilizar cerca de 90 candidatos para integrarem acções de formação de 350 horas de Bordador (percurso desenhado com base nos referenciais existentes no Catálogo Nacional das Qualificações). Os candidatos abrangidos terão entre os 26 e os 50 anos de idade e entre o 6.º ano e o 9.º ano de escolaridade. O objectivo destas acções será encaminhar os candidatos que frequentem estas acções e que demonstrem interesse, para um aperfeiçoamento desse perfil de Bordador (na área dos Bordados de Guimarães), tendo em vista integrar uma unidade de produção de Bordados de Guimarães ou criarem o seu próprio emprego; **2** – Referiu a existência de uma pressão forte por parte dos moradores para a poda das árvores junto das habitações. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**I** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 2 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1 - Atenta a necessidade de executar a obra de "Drenagem de Águas Pluviais – Salgueiral: submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €266.405,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.01 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €266.405,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 150 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva



Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. 6. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 7 de Fevereiro de 2011, que adjudicou a empreitada designada por **“Horta Pedagógica 2.ª Fase”** ao concorrente Alexandre Barbosa Borges, S.A., pelo valor de €259.286,54 (duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 120 dias; **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 1 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“ESCOLA EB1 BELA AURORA – FREGUESIA DE S. FAUSTINO – USUCAPIÃO – PROCº RP/24/96** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de S. Faustino: Prédio urbano situado na Rua 25 de Abril, da freguesia de S. Faustino, com a área total de 1.800,00m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 310, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 13 de Janeiro de 2011, com o valor patrimonial tributário de €92.195,96. Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido prédio, há largas décadas que aquele imóvel tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado

na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“ESCOLA EB1 DE ROUPEIRE – FREGUESIA DE AIRÃO S. JOÃO – USUCAPIÃO – PROCº RP/40/2002 – O** Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de Airão S. João: Prédio urbano situado na Rua das Casa Novas, da freguesia de Airão S. João, com a área total de 1.433,00m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 458, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 17 de Janeiro de 2011, com o valor patrimonial tributário de €107.770,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido imóvel, há mais de 30 anos que o Município de Guimarães, tem vindo ininterruptamente a utilizar e a fruir o prédio onde são leccionadas aulas do 1º ciclo do ensino básico, tendo, ao longo dos tempos, efectuado obras de conservação e de reparação, bem como operações de limpeza, administrando-o por isso com ânimo de quem exerce o direito de propriedade sobre coisa própria,



exercendo assim uma posse pública porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do indicado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **V** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**ESCOLA EB1 DE PENELA – FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – USUCAPIÃO – PROCº RP/05/2009** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de Souto Santa Maria: Prédio urbano situado na Rua D. Elvira Cruz Gonçalves, da freguesia de Souto Santa Maria, com a área total de 1.363,38 m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 663, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 17 de Janeiro de 2011, com o valor patrimonial tributário de €88.830,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido imóvel, há mais de 30 anos que o Município de Guimarães, tem vindo ininterruptamente a utilizar e a fruir o prédio onde são leccionadas aulas do 1º ciclo do ensino básico, tendo, ao longo dos tempos, efectuado obras de conservação e de reparação, bem como operações de limpeza, administrando-o por isso com ânimo de quem exerce o direito de propriedade sobre coisa própria, exercendo assim uma posse pública porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem

oposição de quem quer que seja. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do indicado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **VI** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**ESCOLA EB1 DE BAIRRO - FREGUESIA DE OLEIROS – USUCAPIÃO – PROCº RP/26/2006** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de Oleiros: Prédio urbano situado na Rua do Bairro, da freguesia de Oleiros, com a área total de 1.215,00m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 287, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 17 de Janeiro de 2011, com o valor patrimonial tributário de €90.680,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido prédio, há largas décadas que aquele imóvel tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos com despesas correntes, quer com obras de conservação e de reparação. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do indicado prédio por usucapião, devido à



impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **VII** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“ESCOLA EB1 DA ESTRADA – FREGUESIA DE GONÇA – USUCAPIÃO – PROCº RP/06/2009** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de Gonça: Prédio urbano situado na Rua José da Silva Gonzalez, da freguesia de Gonça, com a área total de 1.740,00m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 622, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 17 de Janeiro de 2011, com o valor patrimonial tributário de €112.730,00 determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido imóvel, há mais de 30 anos que o Município de Guimarães, tem vindo ininterruptamente a utilizar e a fruir o prédio onde são leccionadas aulas do 1º ciclo do ensino básico, tendo, ao longo dos tempos, efectuado obras de conservação e de reparação, bem como operações de limpeza, administrando-o por isso com ânimo de quem exerce o direito de propriedade sobre coisa própria, exercendo assim uma posse pública porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do indicado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal

que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **VIII** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 1 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “**Proposta para abertura – Concurso Público n.º 2/2011** – Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Fornecimento de 7.000 Toneladas de betão betuminoso; **Preço base:** €320.000,00 + I.V.A. (23%); **Classificação económica:** 020121; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado; **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - José Parcídio Meira Leite Salgado, Chefe da Divisão de Administração Directa; **Vogais Suplentes:** - Maria Fernanda Fernandes Castro, Chefe da Divisão de Empreitadas; - Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão



Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

**CÂMARA – ASSOCIAÇÃO REC – REDE DE ECONOMIAS CRIATIVAS – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO**

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência de Assembleia-Geral convocada para o efeito pela respectiva Comissão Instaladora, foram realizadas no passado dia 1 de Fevereiro, em Óbidos, as eleições para os órgãos sociais da Associação REC – Rede de Economias Criativas, tendo sido eleita por unanimidade a lista proposta pela Câmara Municipal de Óbidos, com a seguinte composição: - **Assembleia-geral** – Presidente: Município de Montemor-o-Novo; Vice-Presidente: Município de Seia; Secretário: Município de Tondela. **Direcção** – Presidente: Município de Óbidos; Secretário: Município de Guimarães; Tesoureiro: Município de Montemor-o-Velho. **Conselho Fiscal** – Presidente: Município de Tondela. 1º Vogal: Fundação Bissaya Barreto; 2º Vogal: Técnico Oficial de Contas. Deste modo, cumpre-nos designar o representante do Município de Guimarães nos órgãos sociais desta Associação. Para o efeito, proponho que seja designada a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal, Francisca Abreu”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, COM SETE VOTOS A FAVOR E TRÊS EM BRANCO.** -----

**ÁGUAS DO NOROESTE, SA – EXERCÍCIO DO CARGO DE ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO – PROPOSTA DE SEGURO EM CUMPRIMENTO DO ART.º 396.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS – PAGAMENTO**

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: “Com a publicação do Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de Abril foi constituída a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos Águas do Noroeste, S.A., que resultou da fusão das

sociedades Águas do Cávado, S.A., Águas do Minho e Lima, S.A. e das Águas do Ave, S.A. (empresa na qual a Câmara Municipal detinha uma participação societária). Em Assembleia Geral realizada em 10 de Maio de 2010 foram eleitos os membros dos órgãos sociais da empresa, para o mandato de 2010/2012, tendo o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães sido eleito, nessa qualidade, como vogal do Conselho de Administração. Nos termos do disposto nos art.º 396.º e 418.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das Sociedades Anónimas – incluindo as que integram o Sector Empresarial do Estado - deve garantir a sua responsabilidade civil por actos de gestão, através de uma caução (cfr. o n.º 1 do art.º 3963.º do CSC), a qual pode ser substituída pela subscrição de "... um contrato de seguro, a favor dos titulares de indemnizações, cujos encargos não podem ser suportados pela sociedade, salvo na parte em que a indemnização exceda o mínimo fixado" (cfr. o n.º 2 da mencionada norma do CSC). Resulta, assim, deste artigo que o exercício de funções por parte do Sr. Presidente da Câmara, como Administrador não executivo da Águas do Noroeste, S.A., fica submetido à obrigatoriedade da prestação de uma caução, que pode ser substituída pela subscrição de um seguro de responsabilidade civil, nos termos do citado art.º 396.º do CSC. E, assim sendo, entende-se que deverá ser a Câmara Municipal, enquanto accionista da referida sociedade, a pagar o seguro exigido pelo exercício de funções, pelo simples facto de o Presidente da Câmara exercer o cargo de Administrador não executivo, isto é, não remunerado, e por esse exercício resultar em representação do accionista Município de Guimarães, entendimento perfilhado pela Associação Nacional de Municípios



Portugueses em processos análogos. Para tanto, deverá submeter-se a aprovação da Câmara Municipal uma proposta para pagamento do seguro de responsabilidade civil do Presidente da Câmara Municipal que, de acordo com os documentos em anexo, se fixa em €654,00 para o corrente ano, tendo em linha de conta a proposta de seguro apresentada pela própria empresa Águas do Noroeste, S.A., proposta esta já apresentada aos demais membros submetidos ao regime do citado art.º 396.º do CSC”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**VITRUS AMBIENTE, EM, SA – TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE BENS – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL –**

Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães, tomada em sua sessão ordinária de 28 de Junho de 2010, foi aprovada a criação da empresa municipal **VITRUS AMBIENTE, EM, SA**, que veio a ser constituída por escritura de 8 de Setembro de 2010. Em 18 de Janeiro de 2011 foi celebrado entre o Município de Guimarães e a VITRUS um contrato de gestão, através do qual o Município de Guimarães atribuiu à VITRUS, em regime de exclusividade, a prestação dos seguintes serviços de interesse geral: a) A gestão e realização dos serviços de recolha e transporte para destino final dos resíduos sólidos urbanos acondicionados em contentores de profundidade, vulgo “Molok”, instalados e que venham a ser instalados no concelho de Guimarães; b) A limpeza e a desinfeção desses contentores bem como de todos os meios e equipamentos necessários à realização dos serviços referidos na alínea anterior; c) A limpeza de edifícios e espaços onde estejam instalados quaisquer serviços da Câmara Municipal, ou outros edifícios onde venham a ser instalados esses

mesmos serviços, sejam de propriedade do Município ou de terceiros. Nesta sequência, é agora necessário transferir para a empresa a propriedade dos contentores designados vulgarmente por “Molok”, instalados no concelho de Guimarães, e que constam da lista anexo (**doc. 1**), considerando que estes constituem equipamentos afectos à respectiva actividade. Para este efeito, deverá a transferência de bens assumir a forma de aumento de capital por parte do Município de Guimarães na VITRUS, sendo o corresponde valor €32.827,00, valor este atribuído àquele equipamento no estudo de viabilidade económico-financeira elaborado aquando da constituição daquela empresa municipal. Proponho, assim, que Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de aumento de capital social do Município de Guimarães na empresa municipal VITRUS, através da entrega de bens em espécie, cujo valor atribuído é de €32.827,00, nos termos da alínea l), do nº 2, do art. 53º, da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. A referida lista dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – PAVILHÃO DA EB 2,3 DE FERMENTÕES – ERROS E OMISSÕES** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 27 de Janeiro de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Pavilhão da EB2,3 de Fermentões”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria



ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se, pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 27 de Janeiro de 2011". A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – LABORATÓRIO DA PAISAGEM – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO –**

Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 27 de Janeiro de 2011 a "COMBITUR – Construção Imobiliárias e Turísticas, S.A.", pelo valor de €1.092.997,89 (um milhão noventa e dois mil novecentos e noventa e sete euros e oitenta e nove cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CONTRATO DE URBANIZAÇÃO RESPEITANTE AO ESTUDO URBANÍSTICO DENOMINADO "NOVA CENTRALIDADE DE SILVARES"**

– Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Refere-se a presente informação técnica ao contrato de urbanização celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados de modo a potenciar a concretização do consagrado no estudo urbanístico denominado "nova centralidade de Silvares". Verificando-se hoje a materialização parcial desse mesmo estudo, nomeadamente a edificação e funcionamento de

duas unidades comerciais, a disponibilização e usufruto público das denominadas “variante de Silhares” (parcialmente construída) e “rotunda de Mouril”, hoje resulta consensual que quer as infra-estruturas viárias executadas não se encontram em equilibrado e correcto estado de construção e inserção na envolvente, quer o “funcionamento urbano” desta nova área de actividade económica só se afigura eficiente com a total e abrangente construção de todos os trabalhos e infra-estruturas previstas no estudo urbanístico e, depois, no contrato de urbanização. Face ao exposto, foi promovida a concertação e construção de uma adenda ao contrato de urbanização inicialmente elaborado de modo a, clarificando o âmbito e obrigações de ambas partes, potenciar: 1. a correcção, tão rápida quanto possível, das deficiências infraestruturais hoje verificadas; 2. a execução global de todas as infra-estruturas previstas, materializando-se já em desenho todas as soluções a adoptar, quer para a “rotunda de Mouril”, quer para o ramal de acesso à variante de Creixomil, quer para o troço viário entre as rotundas de Silhares (acesso á auto-estrada) e Mouril; 3. a fixação de uma calendarização de execução dos trabalhos a realizar de modo a permitir uma justa monitorização do cumprimento do disposto no documento em causa. Desta forma, julga-se reunidas as condições necessárias para promover, efectivamente, um incremento de qualidade urbana nesta área da cidade, reafirmando os pressupostos urbanísticos que um planeamento e acção atentos sobre a cidade devem perseguir: 4. a construção de espaço urbano qualificado, quer ao nível da compatibilização do peão e automóvel, quer no que reporta ao tratamento paisagístico, quer ainda ao equilíbrio entre a capacidade das infra-estruturas de suporte verificadas e as necessidades das construções apoiadas nessas mesmas infra-



estruturas (exemplos: nova rotunda de Mouril e reperfilamento do troço viário entre as duas rotundas – Silvares e Mouril – com um carácter urbano, constituindo por três vias de circulação e separador central arborizado); 5. uma eficiente rentabilização das infra-estruturas já instaladas no território e eficaz circulação e escoamento viário (exemplo: a concretização do ramal de acesso à variante de Creixomil pela antiga estrada nacional 310); 6. uma inserção das novas soluções na realidade territorial existente, gerando benefício e melhoria para a globalidade do espaço urbano e, conseqüentemente, com impacto directo na qualidade de vida dos cidadãos (exemplo: a construção da variante de Silvares e a disciplina e racionalização viária que a mesma introduz). Perante o atrás exposto, foi elaborado o documento anexo à presente informação técnica, que se constitui como uma adenda ao contrato de urbanização inicialmente celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e o conjunto de promotores privados, o qual foi já objecto de aceitação e subscrição por parte desse mesmo conjunto de promotores privados (que, hoje, possuem obrigações e responsabilidades inerentes ao contrato de urbanização inicial) e contempla já, quer em termos de calendário, quer ao nível do desenho gráfico e descrição escrita, as soluções preconizadas e respectivos fundamentos. **Assim, entende-se propor a submissão do documento em causa – adenda ao contrato de urbanização celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados para a concretização do estudo urbanístico denominado “nova centralidade de Silvares” – ao Órgão Executivo Municipal para análise e aprovação e, subseqüentemente, desenvolvimento de todas as acções necessárias para a correcta execução das acções previstas no mesmo contrato**

**de urbanização (e sua adenda agora elaborada).** Em anexo, junta-se o documento em causa “adenda ao contrato de urbanização celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados para a concretização do estudo urbanístico denominado “nova centralidade de Silvares” bem como cópia do projecto elaborado para a rotunda de Mouril”. A adenda ao contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “No ponto 7 da Ordem de Trabalhos, o PSD votou contra a adenda ao Contrato de Urbanização respeitante ao estudo urbanístico denominado “NOVA CENTRALIDADE DE SILVARES”, por considerar que com esta decisão a Câmara Municipal concede um benefício directo aos promotores privados sem qualquer contrapartida para o Município. Esta evidência resulta clara nos documentos assinados, onde se pode ler: **Por um lado,** no Contrato de Urbanização celebrado entre o Município de Guimarães e um conjunto de promotores privados em 23 de Dezembro de 2008, na página 332, clausula 2ª: **RESPONSABILIDADE FINANCEIRA E TÉCNICA – “1. Pelo presente contrato, os segundos outorgantes** (promotores privados) **obrigam-se,** por si ou através de terceiro contratado para o efeito, a executar as obras de: ... d) Separação da circulação automóvel da rotunda de acesso à auto estrada e a antiga estrada nacional 310 (sentido de Pevidém), **estrada nacional 206 (sentido Vila Nova de Famalicão)** através da construção de **dois novos ramais** de circulação automóvel (que permitirá a ligação directa para quem circula na direcção Pevidém-Guimarães e **Guimarães-Vila Nova de Famalicão** sem colidir ou



circular na mencionada rotunda de acesso à auto estrada; ...” **Por outro lado**, no Aditamento ao Contrato de Urbanização de 23/12/2008, na página 6: **COMO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO** “Declara o primeiro outorgante em nome de seu representante: Que se obriga a aceitar no âmbito das suas atribuições e competências, e o mais diligentemente possível, os projectos e recepcionar as respectivas obras, supra referidas. Verificando-se que a construção do ramal de acesso à estrada nacional nº 206, é uma obra difícil e complexa execução, como já foi referido, **obriga-se**, ainda, **a declarar que as representadas dos 2ºs outorgantes ficarão dispensadas dessa obrigação** logo que a EP – Estradas de Portugal SA aprove a sua não validação.” Ao propor a dispensa desta obrigatoriedade aos promotores privados resulta claro um benefício directo aos privados e não havendo qualquer contrapartida para o Município pelo menos que se saiba, o **MUNICIPIO** sai a perder e a nós enquanto membros do executivo compete-nos a DEFESA do bem comum e não defender ou beneficiar os promotores privados. Todas as responsabilidades assumidas pelos promotores privados nesta aditamento já constavam na íntegra no Contrato de Urbanização de 23 de Dezembro de 2008, pelo que ele, deste ponto de vista é inútil e bastava tão somente que **a CMG licenciasse e fiscalizasse as intervenções que estavam acordadas**. Por acção ou omissão a Câmara Municipal permitiu a execução de obras sem estarem licenciadas e ao não fiscalizar a sua execução, causou transtornos, danos e prejuízos aos vimeanenses e esse comportamento merece a censura do PSD”. -----

#### **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – ASSISTÊNCIA JURÍDICA –**

Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Fiscalização, Contencioso e Polícia Municipal: “**1. Objecto:** Apoio

jurídico no âmbito do processo crime que corre termos no Tribunal Judicial de Guimarães, sob o nº 1943/09.1PBGMR, em que são ofendidos os Agentes da Polícia Municipal Célia Maria Oliveira Pereira Bernardes, n.º 935, e David António Silva Costa, com o n.º 1038, ambos com a categoria de Agentes Municipais de 1.ª classe. Pretende-se, assim, contratar os serviços de Advogado que preste a necessária assistência jurídica no âmbito daquele processo-crime. **2. Considerandos:** As tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia; Não há possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não nos parecendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Assim, submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação e acompanhamento jurídico sob a forma de mandato judicial; b) Estima-se que a despesa total do serviço contratado ascenda ao montante de € 1.200, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, incluindo já taxas de justiça; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020220, correspondente ao ano de 2011; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do decreto-lei nº 18/2008, de 29/1, contratando-se, para o efeito, a Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luís Teixeira e Melo e Associados, Sociedade de Advogados, RL; e) A escolha recaiu



sobre esta sociedade de Advogados pelos seguintes motivos: Por um lado, pela manifesta urgência que se verifica, considerando que foi já proferida no processo crime supra referido a respectiva acusação, da qual os Agentes foram já notificados, pelo que está a decorrer o respectivo prazo para deduzirem a constituição de assistentes, não havendo, assim, tempo suficiente para se abrir procedimento concursal que, atenta a natureza da prestação de serviços aqui em causa, sempre seria bastante complexo e de difícil concretização; por outro lado, pelo facto de esta Sociedade ser constituída por profissionais de reconhecida competência técnica e experiência na área. Refira-se, ainda, que a avença existente com esta sociedade não abrange os serviços objecto deste contrato; f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO  
NECESSÁRIO À OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1 DO  
MOSTEIRO – FREGUESIA DE S. TORCATO – PROC. 40/15/88**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "No âmbito da obra de ampliação da Escola EB1 do Mosteiro, da freguesia de S. Torcato, para converter aquele edifício num Centro Escolar, torna-se imprescindível adquirir terrenos situados na zona envolvente daquela Escola. Assim, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, a Autarquia informou os proprietários da necessidade de adquirir uma parcela com a área de 958,00m<sup>2</sup> destinada à referida ampliação, e comunicou que estaria disponível para pagar pela parcela o preço

de €20,60/m<sup>2</sup>, conforme consta do relatório de perito da lista oficial. Os interessados declararam que aceitavam o valor de €22,22/m<sup>2</sup>, por ter sido esse o valor pago pelo Município pelo terreno adjacente, adquirido em 2008. Consultado o perito da lista oficial que elaborou o relatório inicial, foi por aquele indicado que o preço da contraproposta era perfeitamente aceitável. A mencionada parcela de terreno tem a área de 958,00m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 01.567/S. Torcato e do inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 508º, confrontando do Norte com herdeiros de Manuel Faria, do Sul com terreno sobrance e terreno da Escola EB1 do Mosteiro, do Nascente com terreno da Escola EB1 do Mosteiro e do Poente com terreno sobrance e destina-se a ampliar o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial sob o nº 02.505/S. Torcato, inscrito actualmente sob o artigo 1821º urbano da freguesia de S. Torcato. Assim, submete-se à consideração superior a aquisição da identificada parcela de terreno a Josefa Benedita de Faria Abreu Fernandes e outros, pelo valor de €21.286,76, nos termos do artigo 11º, do Código das Expropriações, sendo que em caso de aceitação, deve o assunto ser remetido a reunião de Câmara para aprovação. É o que me cumpre informar". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – REALOJAMENTO DE INQUILINO HABITACIONAL DA FRACÇÃO "A", DO PRÉDIO SITO NA AV. CONDE DE MARGARIDE, N. 211, FREGUESIA DE S. PAIO – PROCº 40/62/95** – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de Janeiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Decorrente da aquisição do imóvel acima referido, para



sua posterior demolição e enquadramento na obra da denominada "Plataforma das Artes", resulta a necessidade de realojar o Sr. José Manuel Gonçalves, inquilino habitacional da mencionada fracção, tendo em conta a sua opção de pretender ser realojado ao abrigo do disposto no artigo 30º, nº 2 do Código das Expropriações. Assim, foi possível localizar uma fracção autónoma na Rua Manuel Saraiva Brandão, nº 260, freguesia de Creixomil, que, pela sua localização e equipamentos de conforto, designadamente elevador, satisfaz as necessidades do inquilino. Após contactos com o proprietário da fracção atrás indicada, este indicou que estava na disposição de a arrendar nos moldes definidos na minuta do contrato que se anexa. Acresce referir que o fogo presentemente ocupado pelo Sr. Gonçalves lhe foi arrendado com mobiliário e electrodomésticos, pelo que este não possui bens para apetrechamento da nova habitação. Perante esta situação, foi superiormente definido e aceite pelo interessado, o pagamento de uma indemnização de €3.285,00, suficiente para lhe permitir adquirir os móveis, electrodomésticos e serviços necessários ao seu realojamento, a decorrer durante o mês de Fevereiro do corrente ano. Pelo exposto, e atendendo à necessidade urgente de libertar o imóvel sito na Avª Conde de Margaride, submete-se à consideração superior o pagamento de uma indemnização no valor de €3.285,00 ao Sr. José Manuel Gonçalves, para que aquele inquilino adquira bens necessários ao seu realojamento, bem como a aprovação da celebração do contrato de arrendamento para o mesmo fim, conforme consta da mencionada minuta, sendo que em simultâneo o Município celebrará um contrato de sublocação com o Sr. José Gonçalves, no sentido de este pagar ao Município o valor da renda que era praticada no arrendado a demolir, com as devidas actualizações.

Em caso de aceitação superior, deverá o assunto ser posteriormente submetido a reunião de Câmara para ratificar, nos termos do nº 3 do artigo 68º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior". **DELIBERADO RATIFICAR**

**POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO – INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA A INQUILINO DO PRÉDIO SITUADO NA AV. CONDE DE MARGARIDE, N. 197, FREGUESIA DE S. PAIO – PROC 40/62/95** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Decorrente da aquisição do imóvel acima referido, para sua posterior demolição e enquadramento na obra da denominada "Plataforma das Artes", resulta a necessidade de indemnizar Otília Luísa Guedes Carneiro, inquilina no exercício de profissão liberal, de parte da fracção "B", do identificado imóvel, tendo em conta o disposto no artigo 30º, nº 4 do Código das Expropriações. Nessa sequência, a autarquia informou a interessada da sua disponibilidade em indemnizá-la no valor de €10,500,00, tendo recebido uma contraproposta no valor de €50.000,00, por parte da advogada da interessada. Face a esta discrepância de valores, foi solicitado ao perito da lista oficial que se pronunciasse sobre a razoabilidade da contraproposta, tendo o mesmo indicado que o valor máximo de €27.500,00, poderia ser aceite em fase de negociação amigável. Assim, foi a interessada novamente informada da posição camarária, referindo que o valor máximo aceitável poderia ser de €27.500,00. Todavia e apesar de numa primeira resposta ter sido respondido pela advogada de Otília Carneiro, que o valor aceitável, para ela, ser de €35.000,00, veio posteriormente a ser aceite confirmada a aceitação do valor de €27.500,00, como indemnização pelo abandono do locado e



cessação da actividade, na fracção em causa. Perante o exposto, deve ser deliberado indemnizar Otilia Carneiro, no valor de €27.500,00, pela cessação do direito ao arrendamento e consequente abandono do locado. É o que me cumpre informar”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE FORMAÇÃO DESPORTIVA – GALA DO DESPORTO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “A realização da **Gala do Desporto | Guimarães** tem como missão exaltar os feitos de diversos agentes desportivos que, com o seu esforço, dedicação e empenho, contribuíram significativamente para elevar o prestígio de Guimarães. À semelhança da I Edição, a **Gala do Desporto | Guimarães 2011** pretende assumir-se como o ponto alto do reconhecimento público que a Câmara Municipal de Guimarães pretende dar às entidades e agentes desportivos, bem como a atletas, que durante essa época mais se notabilizaram pelos desempenhos alcançados a nível internacional e nacional, ou pelos serviços prestados ao desporto regional e local. Todos, pelo seu mérito ou pela sua conduta, merecem uma distinção, fruto do prestígio que deram à sociedade e ao desporto. O **Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva** vem assim dar forma a esse reconhecimento público, atribuindo 5 bolsas de formação anuais a atletas não profissionais, bem como constituir a Comissão de Avaliação que avaliará e validará as atribuições. Nesta II Edição da **Gala do Desporto | Guimarães** introduz-se o prémio para o “Atleta de Desporto Adaptado” com uma bolsa de €2.000,00. Perante o exposto, pretendemos mais uma vez organizar um evento que pretende homenagear aqueles que têm dedicado o seu esforço em prol do Desporto e do Concelho. Esta homenagem ao desporto do

Concelho visa também promover o convívio entre os diversos agentes desportivos e, simultaneamente, desenvolver medidas que recompensem a sua actividade. Deste modo, remeta-se à reunião de Câmara para aprovação o referido regulamento junto em anexo". O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO** – Presente a seguinte proposta: "Na reunião da Câmara Municipal de 4 de Dezembro de 2008 foi aprovada uma nova redacção do Protocolo entre a Câmara Municipal e a Universidade do Minho que institui o Prémio Câmara Municipal de Guimarães para o melhor aluno da Universidade do Minho. No próximo dia 17 de Fevereiro decorrerá a cerimónia de entrega do referido prémio que tem o valor pecuniário de €1.000,00 (mil euros), nos termos do referido protocolo, pelo que proponho que seja ratificada a sua atribuição para o corrente ano". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL PARA GESTÃO DE PESSOAL EM REFEITÓRIOS ESCOLARES** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, por razões de reconversão do edifício em Centro Escolar, a EB1 Pinheiral/Caldelas encontra-se, desde o início do 2.º período do corrente ano lectivo a funcionar nas instalações da Escola Secundária de Caldas das Taipas. Dado que os alunos se



encontram desde essa data a beneficiar de almoço naquele estabelecimento de ensino e que, em cumprimento da deliberação de Câmara de 28 de Fevereiro de 2002, tem sido atribuído mensalmente à Freguesia de Caldelas um subsídio no valor de €360,13, destinado à gestão do pessoal de cozinha do refeitório da EB1 Pinheiral/Caldelas, propõe-se que, a partir de Janeiro, inclusive, se proceda à suspensão da atribuição da verba. Assim, deverá o assunto ser presente a reunião de Câmara para rectificação da referida deliberação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 PINHEIRAL/CALDELAS – ANO LECTIVO 2010/2011 –**

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, por razões de reconversão do edifício em Centro Escolar, a EB1 Pinheiral/Caldelas encontra-se, desde o início do 2.º período do corrente ano lectivo a funcionar nas instalações da Escola Secundária de Caldas das Taipas. Assim, e de modo a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos da EB1, propõe-se a celebração de um protocolo com a Escola Secundária para fornecimento de refeições a 207 alunos, a vigorar no ano lectivo 2010/2011 (Janeiro a Junho). Acresce ainda, e em conformidade com a informação prestada pela Direcção Regional de Educação do Norte que o custo da refeição é de €1,46, o que implica à Autarquia um custo previsível de €32.639,76, aos quais serão deduzidas as participações dos Encarregados de Educação. Para deliberação em reunião de Câmara junto se anexa exemplar do protocolo, a celebrar entre as entidades. À consideração superior". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

**EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA CALDAS DAS TAIPAS – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS DE ÁGUA E ELECTRICIDADE**

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, encontra-se em fase de execução a obra de reconversão do edifício do Pinheiral/Caldelas em Centro Escolar. Não tendo sido possível a permanência dos alunos no edifício no decurso das obras, diligenciou-se no sentido do funcionamento provisório da EB1 nas instalações da Escola Secundária de Caldas das Taipas, onde se encontra a funcionar desde o início do 2.º período lectivo. Considerando que para a Escola Secundária esta situação representa um aumento de despesa com água e electricidade propõe-se, tendo por base os consumos médios mensais da EB1 Pinheiral/Caldelas que, a partir de Janeiro, inclusive, e até à reintegração dos alunos no edifício da EB1, seja atribuída, mensalmente, uma verba no valor de €540,00 (quinhentos e quarenta euros), destinada a compartilhar as despesas de funcionamento do estabelecimento de ensino”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

**ACÇÃO SOCIAL – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 90 CANDIDATURAS** – Presente, para aprovação, uma proposta para



aprovação de 90 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada em reunião do Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 27 de Janeiro de 2011. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da

Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de

actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente, a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Junta de Freguesia de Souto Santa Maria solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarros para efectuar o transporte dos alunos no dia 14 de Fevereiro à Exposição “Mundo dos Dinossauros”, que está patente no Pavilhão Multiusos. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente, a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Escola Secundária Martins Sarmiento solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro para efectuar o transporte dos alunos nos dias 14 e 15 de Fevereiro à Exposição “Mundo dos Dinossauros”, que está patente no Pavilhão Multiusos. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA DE VERMIL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente, a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Associação de Pais da Escola de Vermil solicitou a



colaboração do Município através da cedência do autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 16 de Fevereiro ao Pavilhão Multiusos. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – ESCOLA EB1 SALGUEIRAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente, a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Escola EB1 de Salgueiral solicitou a colaboração do Município através da cedência dos autocarros para efectuar o transporte dos alunos nos dias 3 e 10 de Março ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Guimarães. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar solicitou a colaboração do Município através da cedência do autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 15 de Março a fim de participarem num encontro com os escritores Pedro Messeder e Daniel Marques Ferreira. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo o transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – CENTRO REGIONAL DE BRAGA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de Janeiro de 2011, que disponibilizou, ao centro regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, o transporte, em autocarro, de um grupo de estudantes de Cabo Verde ao Santuário de Fátima e ao Mosteiro da Batalha, no próximo dia 21 de Maio. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**BANDEIRAS – EB 2,3 ABAÇÃO – BANDEIRA DA CIDADE** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de Janeiro de 2011, que cedeu à EB 2,3 de Abação uma Bandeira da Cidade. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – SERVIÇO DE PEDIATRIA DO CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE – III JORNADAS DE PEDIATRIA**

– Presente a seguinte proposta: “O Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Alto Ave organizou, nos passados dias 28 e 29 de Janeiro, um evento denominado “III Jornadas de Pediatria” em que participaram médicos pediatras de todo o País e que teve lugar no Centro Cultural Vila Flor. A organização solicitou o apoio da Câmara para a melhor recepção aos participantes, o que mereceu o meu acordo, tendo determinado por despacho a oferta de cem peças de artesanato local no valor global de €179,58 (cento e setenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) e dez livros e várias edições promocionais da cidade pertencentes ao espólio municipal. Considerando o interesse para a promoção de Guimarães da realização destes eventos, proponho a ratificação do referido despacho ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada



pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 02.01.15. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – APOIO AO TEAM**

**"BebUmlitro"** – Presente a seguinte proposta: "O Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho conta, entre os vários projectos extra-curriculares que apoia, com um projecto de construção e desenvolvimento de um carro de muito baixo consumo, com o intuito de participar numa competição mundial designada "Eco-Maratona Shell", que este ano se realiza na Alemanha. Atendendo a que o apoio da Direcção do Curso se deve ao facto de estes projectos conseguirem motivar mais os alunos que qualquer outra acção e ao envolvimento dos alunos num projecto que alia a investigação tecnológica ao desenvolvimento de atitudes que favorecem o uso responsável dos combustíveis fosseis proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho, de um subsídio de €3.000,00 (três mil euros), destinado a comparticipar nos custos de desenvolvimento do projecto "Team BebUmlitro" e da respectiva participação no próximo "Eco-Maratona Shell". De acordo com oferta do grupo de alunos responsáveis pelo projecto, este subsídio terá como contrapartida a inclusão de uma mensagem alusiva a Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura no veículo que irá competir na Alemanha, pelo que deverão os alunos submeter o design proposto à aprovação da Câmara Municipal". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE – 25º ANIVERSÁRIO** – Presente a seguinte proposta:

“Vem a Associação de Dadores Benévolos de Sangue solicitar o apoio da Autarquia para as comemorações do seu 25º Aniversário, a realizar nos próximos dias 12 e 13 de Março. Concretamente, solicitam algum apoio financeiro e logístico, este traduzido na cedência de um palco e do sistema de som e luz, implicando a realização de trabalho extraordinário por parte do respectivo operador. Assim, considerando o interesse público das actividades prosseguidas pela associação, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães, de um subsídio de €500,00 (quinhentos euros), e do apoio logístico mencionado, com o objectivo de apoiar a Associação nas comemorações do seu 25º aniversário”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**SUBSÍDIOS – IRMANDADE DE S. TORCATO – FEIRA FRANCA DOS 27** – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 27 de Fevereiro vai realizar-se a secular “Feira Franca dos 27”, na Vila de S. Torcato, organizada pela Irmandade local, considerada uma das maiores da nossa região. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, proponho que seja autorizada a realização da Feira nos moldes habituais (realização da feira com isenção de taxas)”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LEITÕES – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Leitões solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €58,03 (cinquenta e oito euros e três



cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Oleiros solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €72,75 (setenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE ATÃES – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Atães solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €51,83 (cinquenta e um euros e oitenta e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GÉMEOS – FESTA DE NATAL E DE ANO NOVO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Gémeos solicitando

um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal e Ano Novo, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €42,28 (quarenta e dois euros e vinte e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE MASCOTELOS – FESTA EM HONRA DE SANTO AMARO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Mascotelos solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Santo Amaro, realizada entre os passados dias 6 e 17 de Janeiro. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €69,93 (sessenta e nove euros e noventa e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE DONIM – FESTA EM HONRA DE SANTO AMARO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Donim solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Santo Amaro, realizada entre os passados dias 13 e 16 de Janeiro. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do



montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €61,15 (sessenta e um euros e quinze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----  
**PELAS DOZE HORAS E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----